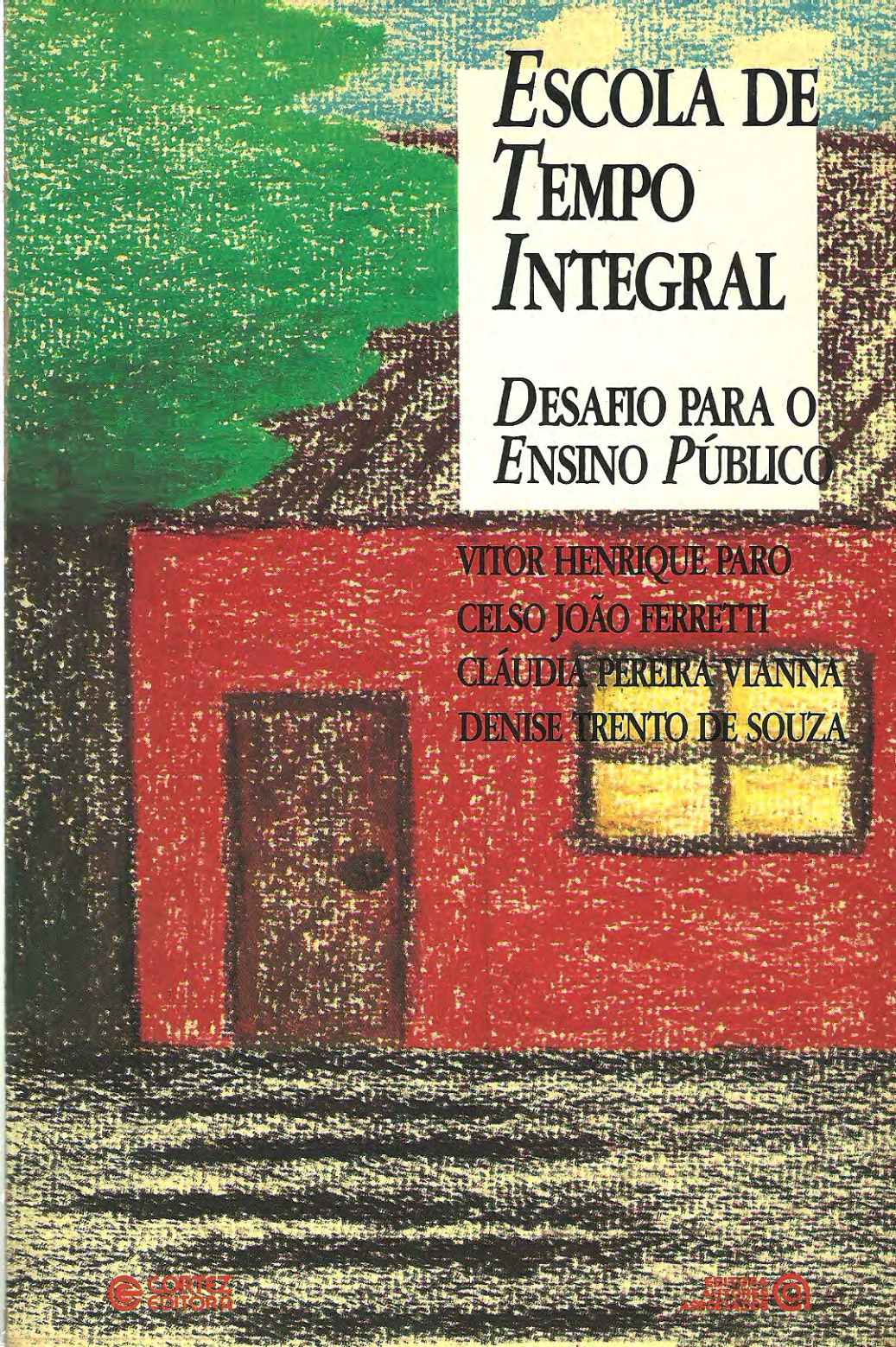




ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

DESAFIO PARA O
ENSINO PÚBLICO

VITOR HENRIQUE PARO

CELSO JOÃO FERRETI

CLÁUDIA PEREIRA VIANNA

DENISE TRENTO DE SOUZA

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

DESAFIO PARA O ENSINO PÚBLICO

VITOR HENRIQUE PARO

CELSO JOÃO FERRETTI

CLÁUDIA PEREIRA VIANNA

DENISE TRENTO DE SOUZA

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs)	16
1. Introdução	17
2. O bairro e a clientela	20
3. Concepções de Educação	24
3.1. A concepção de escola no discurso oficial sobre os CIEPs	25
3.2. A concepção de escola no discurso dos profissionais que atuam no CIEP estudado	32
3.3. A concepção de escola captada através da prática dos profissionais que atuam no CIEP	39
3.4. Análise das relações entre o discurso oficial, o discurso dos profissionais do CIEP e a prática desses profissionais	43
4. Relação dos CIEPs com a rede pública de ensino do Rio de Janeiro	51

5. Administração escolar	55
6. Qualificação do pessoal	63
6.1. A proposta oficial	63
6.2. O treinamento na prática	66
7. Organização da aprendizagem	72
7.1. Planejamento e orientação	72
7.2. A concepção a respeito dos alunos e o enfoque pedagógico	73
7.3. A formação das turmas	75
7.4. Linguagem e interdisciplinaridade	77
7.5. Avaliação, repetência e evasão	78
8. Organização do espaço e do tempo	82
8.1. O discurso oficial	82
8.2. O dia-a-dia no CIEP	84
9. O aluno no contexto das relações interpessoais da escola ..	93
10. Animação cultural	103
11. Educação juvenil	113
12. Alunos-residentes	122

CAPÍTULO II

A Educação no Município de Assis e o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC)	133
1. Introdução	135
2. A administração da educação no município de Assis-SP	136
2.1. O sistema de educação de Assis	136
2.2. Alguns projetos de atendimento à criança	144
3. Concepções de educação que orientam a educação pública municipal de Assis	153
3.1. O discurso oficial	154

3.2. Os discursos dos profissionais que atuam nos programas educacionais da Prefeitura	158
3.3. As práticas	161
3.4. Os discursos e a prática	163
4. As relações interpessoais no contexto dos programas e serviços	165
5. A clientela atendida pelos programas de educação do Município de Assis	173

CAPÍTULO III

Questões suscitadas pela proposta de escola pública de tempo integral	187
1. Introdução	189
2. A escola pública de tempo integral e a universalização do ensino	192
3. Tarefas da escola pública de tempo integral	198
4. Unidade e diversidade nas experiências de extensão do período diário de escolaridade	212
5. Viabilidade da extensão diária da escolaridade	218
6. Participação popular na gestão escolar	226
Referências bibliográficas	231

O provimento de escolaridade de 1.º grau em regime de período integral por parte do Estado tem ocupado grande parte da discussão a respeito dos problemas do ensino em nosso meio. Seja para aplaudir a medida, seja para condená-la ou relativizar seu alcance na solução de problemas do ensino, todos os que militam no campo da educação escolar se sentem obrigados a expressar seu ponto de vista a respeito.

Os que argumentam contra a instalação do período integral se voltam quer para a crítica do caráter excessivamente assistencial que os projetos podem assumir, quer para a consideração das condições concretas em que se dá o ensino em nossa sociedade, as quais estão a exigir medidas no sentido de que, antes de tudo, se garanta ensino de boa qualidade em período parcial — o que está muito longe de acontecer —, para depois poder-se falar em extensão da escolaridade para período integral.

Os defensores da medida utilizam, como eixo central de justificação, a necessidade de resolver o problema do menor abandonado que, sobretudo nos grandes centros urbanos, é, explícita ou implicitamente, considerado problema de segurança da população. Assim, a escola de período integral apresenta-se como a solução necessária para, tirando o menor da rua, proporcionar-lhe um período diário de aprendizagem e de convívio escolar que represente, ao mesmo tempo, a realização de justiça social a essa parcela da população. Em acréscimo a essa argumentação, há a alegação da insuficiência do turno de quatro horas diárias para dar conta de todo o conteúdo educativo adequado ao ensino de primeiro grau.

Como resposta ao problema da extensão do período diário de escolarização, duas medidas recentes têm catalizado as discussões a respeito do assunto: os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Estado do Rio de Janeiro,* e o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), no Estado de São Paulo.** As discussões a respeito da validade ou não dessas propostas, entretanto, não raro derivam para o campo das posições passionais, ou para a defesa de interesses de grupos ou de pessoas, sem levar em conta a população alvo da escolarização.

Considerando a necessidade de exame rigoroso do problema, que, de forma sistemática, propiciasse a apreensão objetiva de suas várias

* V. Capítulo I, item 1, deste trabalho.

** V. Capítulo II, item 1, deste trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Como resposta governamental aos desafios enfrentados pelo ensino no Estado do Rio de Janeiro, surge, em 1985, o Programa Especial de Educação (PEE).

"O grande objetivo, a ser cumprido dentro do quadriênio do mandato governamental, é consolidar um ensino público moderno, bem aparelhado e democrático, capaz de ensinar todas as crianças a ler, escrever e contar, no devido tempo — e com a correção desejável". (Ribeiro, 1986: 35)

Para dar conta disso, o Governo se propõe várias metas, das quais as seguintes dizem respeito mais diretamente à questão que nos interessa: garantia mínima de cinco horas de permanência na escola; promoção de cursos de reciclagem para os professores; produção do material didático destinado à alfabetização e à 5.^a série; oferecimento de, no mínimo, uma refeição diária completa aos alunos das escolas públicas; fornecimento de material didático aos alunos necessitados; fornecimento de assistência médico-odontológica aos alunos, nas próprias escolas; construção de quinhentos CIEPs até março de 1987; criação de um programa de Educação Juvenil no horário noturno, para jovens de quinze anos e mais; criação de escolas de demonstração em diferentes localidades do Estado; reformulação e regulamentação da carreira do magistério.

No âmbito desse Programa, o CIEP é tido pelo discurso oficial como o projeto mais arrojado. Deixando de fazer justiça a Anísio Teixeira e sua proposta da Escola-Parque na Bahia em 1957 e a experiências como a dos Ginásios Vocacionais em São Paulo, o CIEP é apresentado como a primeira experiência brasileira de escola pública de tempo integral. Nos CIEPs, localizados preferencialmente em regiões de concentração de "população carente", oferecem-se aulas relativas ao currículo de 1.^o grau, complementadas com sessões de estudo dirigido e "atividades como esportes e participação em eventos culturais, numa ação integrada que objetiva elevar o rendimento global de cada aluno." (Ribeiro, 1986: 42) Além disso, os alunos devem receber assistência médico-odontológica e quatro refeições diárias. Por outro lado, os CIEPs se propõem a exercer a função de centros culturais e recreativos abertos à comunidade onde se situam. Pretende-se que os CIEPs se apresentem como padrão a ser generalizado a médio e longo

CAPÍTULO II

A Educação no Município de Assis e o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC)

1. INTRODUÇÃO

De acordo com os objetivos da pesquisa, interessava-nos entrar em contato com todo tipo de experiências de extensão da escolaridade ou de atendimento de crianças fora do horário normal de aulas, que propiciassem maior conhecimento das práticas desenvolvidas na área.

No Estado de São Paulo, as prefeituras municipais que desenvolviam programas de atendimento da criança fora do período normal de aulas puderam ter acesso, a partir de 1986, às verbas do PROFIC. Esse programa, instituído pelo Decreto n.º 25.469, de 7 de julho de 1986, e complementado pelo Decreto n.º 25.753, de 28 de agosto de 1986, incluía, como forma de realização de seus objetivos, a celebração de convênios com "os municípios interessados em participar do Programa instituído por este Decreto."

Por essa razão, foi através da Secretaria de Educação do Estado, que tomamos contato com a experiência educacional desenvolvida no Município de Assis. Realizamos todo um trabalho de entrevistas, observação e coleta de dados primários, visando à maior compreensão possível do processo que ali se desenvolve. O estudo da experiência educacional de Assis mostrou-se proveitoso, não apenas para compreender as relações que se estabelecem entre o PROFIC e as experiências similares que se dão em outras cidades do Estado, mas principalmente para estabelecer maior contato com uma experiência concreta de atendimento de crianças fora do período normal de escolarização.

CAPÍTULO III

Questões Suscitadas pela Proposta de Escola Pública de Tempo Integral

dida ela se coloca também ou alternativamente como um fortalecimento da universalização do ensino no sentido de um acréscimo em termos de quantidade e qualidade da escolaridade já conseguida.

Por um lado, portanto, trata-se de saber se a escola de tempo integral contribui para a generalização da educação elementar para todos. Em suas fundamentações teóricas, as propostas da escola pública de tempo integral citadas — tanto os CIEPs (Cf. Ribeiro, 1986) quanto o PROFIC (Cf. Mendes, s.d.) — reforçam a crença de que a escola de tempo integral contribuirá para a universalização da escola, já que, ao se proporem projetos de escola de jornada completa, acaba-se atingindo, automaticamente, o objetivo da universalização da escola: em termos de intenções, as propostas são feitas para toda a rede, ou para uma rede alternativa que, tendencialmente atingiria toda a população escolarizável. Além disso, as propostas amparam-se no pressuposto de que somente a escola de tempo integral pode ser considerada verdadeiramente escola; logo, deduz-se que a universalização *de verdade* só se daria com a escola pública de tempo integral.

Por outro lado, intimamente ligada ao problema da universalização da escola, está a questão de se saber como se coloca a escola de tempo integral com relação à escola de tempo parcial. Para as propostas citadas, não há dúvida de que a escola de jornada completa surge como a concretização da escolarização num grau muito mais elevado do que a que é apresentada hoje. Na justificação do PROFIC, por exemplo, fica suposto que já temos uma escola de meio período para todos e que, agora, diante da incompetência da escola para resolver uma série de problemas (que os idealizadores do Programa acham que deveria ser de competência da escola), a solução é estender o tempo diário de escolaridade.

A questão da universalização do ensino, entretanto, não pode ser tratada sem se considerar o próprio papel que a instituição escolar desempenha na sociedade. A esse respeito, a escola pode ser pensada, preliminarmente, em seu caráter predominantemente instrutivo, ao participar da divisão social do trabalho no que diz respeito à transmissão, em escala social e de modo sistemático e organizado, de um acervo de conhecimentos e valores que não seria possível transmitir em nível meramente familiar ou individual. Neste sentido, pensada a escola como agência educativa que se propõe à transmissão de determinado saber, essa função de instrução apareceria como inerente a sua própria natureza. E esta é, de fato, a função justificadora da

Escola de Tempo Integral: desafio para o ensino público aborda as múltiplas questões colocadas pelo atual debate a respeito da extensão diária da escolaridade no sistema público de ensino.

Em estilo claro e objetivo, os autores expõem e analisam os fatos e relações que se dão no nível da prática escolar diária de duas experiências em andamento — um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), no Rio de Janeiro, e um projeto de extensão do período escolar diário, implementado em Assis, SP, e subvencionado pelo Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC). A partir do confronto entre os discursos e intenções e a forma que estes assumem no nível de sua efetivação, introduzem a discussão dos principais problemas referentes à questão da escola de jornada completa para o sistema público, tanto no nível pedagógico e institucional quanto no nível social mais amplo.

Trata-se, por isso, de estudo minucioso da proposta de escola pública de tempo integral, que contribui de forma decisiva, não apenas para a elucidação de seus objetivos e relevância, mas também para o exame da viabilidade e das implicações práticas de sua concretização.